



Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado

Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PRESIDENTE JUSCELINO

Município: PRESIDENTE JUSCELINO/MG



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



I - DADOS BÁSICOS

Finalidade: Auditoria Especial

Entidade Responsável: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PRESIDENTE JUSCELINO

CPF/CNPJ: 17.695.057/0001-55

Município/UF: PRESIDENTE JUSCELINO-MG

Unidade Visitada: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PRESIDENTE JUSCELINO

CPF/CNPJ: 17.695.057/0001-55

Município/UF: PRESIDENTE JUSCELINO/MG

Demandante: Cidadão

Forma: Direta

Objeto: Recurso financeiro

Abrangência: 01/01/2018 a 31/12/2018

Gestão do Prestador: Básica

Fase(s):

| Tipo da Fase | Data Início | Data Término |
|--------------------|-------------|--------------|
| Análítica | 18/06/2019 | 30/08/2019 |
| Execução - In loco | 02/09/2019 | 06/09/2019 |
| Relatório | 09/09/2019 | 27/09/2019 |

Tarefa Nº: 96221

Natureza da Entidade: Municipal

II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

REJANE DE CASTRO SANTOS MONTEIRO

Cargo: Secretária Municipal de Saúde

Exercício: Desde 02/01/2017

III - INTRODUÇÃO

1- FATOR DESENCADEANTE:

Auditoria Especial na Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Presidente Juscelino em atendimento à demanda encaminhada à Assessoria de Auditoria Assistencial da SES/MG via e-mail em 24/04/2019 por denunciante que solicitou sigilo de seu nome.

2- OBJETIVO E ESCOPO

Tratado em: 06/08/2020 10:57:26
Acessado em 01/12/2022 11:15:39

Auditoria nº 584



O objetivo dessa auditoria foi verificar e avaliar se o Fundo Municipal de Saúde de Presidente Juscelino está estruturado e organizado conforme a legislação vigente, identificar os veículos que compõem a frota da Secretaria Municipal de Saúde, verificar a regularidade da contratação de empresa fornecedora de combustíveis e de manutenção de veículos para a frota da Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Juscelino, verificar os processos de pagamento e a prestação de contas relativas ao abastecimento e manutenção dos veículos da SMS no exercício de 2018, verificar a composição e atuação do Conselho Municipal de Saúde e a regularidade no pagamento dos vencimentos da Secretaria Municipal de Saúde.

3- CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DA AUDITORIA:

O município de Presidente Juscelino está localizado a 216 km da capital do Estado de Minas Gerais, tem extensão territorial de 695,9 km² e 3.908 habitantes no último censo. (IBGE- 2010) e foi emancipado de Curvelo em 1963. A densidade demográfica é de 5,6 habitantes por km² no território do município.

Apresenta 40.6% de domicílios com esgotamento sanitário adequado e 13.8% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio).

Está qualificado em Gestão Plena do Sistema Municipal e pertence à Microrregião Assistencial de Saúde de Curvelo que pertence à Macrorregião Centro cuja sede é o município de Belo Horizonte e conta com os seguintes municípios limítrofes: Monjolos, Curvelo, Inimutaba, Santana de Pirapama, Gouveia e Santo Hipólito.

Conforme consulta ao site <http://cnes.datasus.gov.br/>, em 13.08.2019, a rede assistencial própria do município é composta por:

- 01 Centro de Saúde (CNES 2157357);
- 01 consultório Odontológico (CNES 2157349);
- 01 Farmácia de Todos (CNES 9064753);
- 01 Secretaria Municipal de Saúde (CNES 2157365).

IV - METODOLOGIA

1- FASE ANALÍTICA:

- Análise do Processo de Auditoria SEI nº 1320.01.0089654/2019-78.
- Análise da denúncia.
- Análise da rede assistencial do município de Presidente Juscelino.
- Análise do Comprovante de Inscrição e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do Fundo Municipal de Saúde.
- Elaboração de Planilha pagamentos de abastecimento e de manutenção de veículos relativos ao exercício de 2018 para verificação "inloco".

2 - FASE OPERATIVA:

No dia 02/09/2019, a equipe de auditoria se apresentou à Secretaria Municipal de Saúde, nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Juscelino e procedeu-se à reunião de abertura, na qual foram explicitados o objetivo e escopo dessa Auditoria.

Foram avaliados os documentos previamente solicitados pela equipe de auditoria, conforme descrito abaixo:

1) DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS:

- Cópias de documentos com identificação do(s) Secretário(s) Municipal (is) de Saúde, responsável (is) pela gestão no período nos anos de 2018 e 2019 contendo: nome, CPF, RG, endereço residencial, telefone, registro profissional (se houver) e período de gestão; - Cópia dos atos de nomeação e/ou exoneração do(s) secretário (s) municipal (is) de saúde de Presidente Juscelino de 2018 e 2019;

Atividade homologada e encerrada em: 06/08/2020 10:37:26
Acessado em 01/12/2022 11:15:39

Auditoria nº 584



2) CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE:

- Cópia da Lei que instituiu o Conselho Municipal de Saúde.
- Cópia do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde.
- Cópia da composição do Conselho Municipal de Saúde.
- Cópia das Atas de reunião do CMS para aprovação do RAG; aprovação dos Relatórios Quadrimestrais de 2018 e aprovação das prestações de contas de 2018.

3) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

- Documento de designação dos Gestores da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) do período referente contratos vigentes.
- Cópia da Lei que instituiu o Fundo Municipal de Saúde (FMS) e suas alterações.
- Comprovante de Inscrição e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do Fundo Municipal de Saúde.
- Lei Orgânica do Município (Capítulo da Saúde).
- Cópia do Ato Normativo que fixa o subsídio da Secretária Municipal de Saúde.
- Cópia da Lei Orçamentária Anual 2018 – parte da saúde.
- Relação das contas correntes do FMS, indicando o CNPJ ao qual é vinculada, código do Banco e Agência; inclusive a conta referente à contrapartida municipal – EC 29/2000.
- Relação de contratos vigentes/ firmados com a SMS com empresas fornecedoras de combustíveis.
- Relação de contratos vigentes/ firmados com a SMS com empresas prestadoras de serviços de manutenção e aquisição de peças para frota de veículos da SMS.
- Relação dos veículos que compõem a frota da SMS, identificados por placa, modelo, ano de fabricação, estado de conservação e programa ou serviço a que atende assinada pelo servidor responsável.
- Relação dos Processos Licitatórios instaurados/vigentes para contratação de empresa de fornecimento de combustíveis, de manutenção e aquisição de peças para veículos da SMS (assinada pelo presidente da CPL).
- Cópia dos Atos de Nomeação da Comissão Permanente de Licitação/Pregoeiro e Equipe de Apoio para os Processos Licitatórios instaurados e vigentes relativos à aquisição de combustíveis, manutenção e aquisição de peças para os veículos da saúde.
- Processos de pagamentos originais do exercício de 2018 referentes: aquisição de combustíveis para veículos da saúde; manutenção de veículos da saúde; aquisição de peças para veículos da saúde e pagamento de subsídio ao (à) Secretário (a) Municipal de Saúde, incluindo as Folhas de Pagamento do exercício de 2018.
- Extratos bancários do exercício de 2018 das contas correntes utilizadas para pagamento de: combustíveis, manutenção e aquisição de peças para os veículos da saúde e subsídio da Secretária Municipal de Saúde.

No dia 05/09/2019, ao término dos trabalhos, os auditores se reuniram com a Secretária Municipal de Saúde e sua equipe para finalização da auditoria operativa, ratificando os desdobramentos futuros desse processo.

Foi solicitado à Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Juscelino, em 03/12/2019, informações e documentos complementares referentes à composição do Conselho Municipal de Saúde e a legitimidade de seus conselheiros, ao que fomos prontamente atendidos.

3 - LIMITAÇÕES:

Não houve.

V - CONSTATAÇÕES



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 582137

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: A Secretária Municipal de Saúde está formalmente designada.

Evidência: Em análise documental constatou-se a efetiva nomeação de responsável para o cargo comissionado de Secretária Municipal de Saúde a Sra. R. C. S.M., por meio da Portaria de nº 034/2017, de 19/04/2017. Tal fato está de acordo com a Lei Federal nº 8.080/1990, art. 9º inciso III.

Fonte da Evidência: Cópia da Portaria nº 034/2017.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 582139

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: O Fundo Municipal de Saúde (FMS) de Presidente Juscelino foi criado por Lei Municipal.

Evidência: Em análise documental foi constatada a existência da Lei Municipal nº 326/1994 de 28/01/1994 que instituiu o Fundo Municipal de Saúde de Presidente Juscelino e dá outras providências. Tal fato está em conformidade com a Lei 8.142/1990, art. 4º, inciso I e Lei Complementar nº 141/2012, art. 14.

Fonte da Evidência: Cópia da Lei Municipal nº 326/1994.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 582140

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: O Fundo Municipal de Saúde de Presidente Juscelino está inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) na condição de Matriz e com Natureza Jurídica nº 133-3 (Fundo Público da Administração Municipal).

Evidência: Constatou-se que o Fundo Municipal de Saúde está inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/CNPJ nº 19.188.584/0001-07, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil com data de abertura em 28/01/1994. Constatou-se, ainda, que a natureza jurídica é 133-3. Tal fato está de acordo com a Instrução Normativa SRFB nº 1.863/2018, art. 4º, incisos I e X e Resolução CONCLA nº 01/2018, publicada no DOU de 20/11/2018.

Fonte da Evidência: Comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido em 16/08/2019, através do site: https://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/Cnpjreva_Comprovante.asp. **Conformidade:** Conforme

Atividade homologada e encerrada em: 06/08/2020 10:57:26
Acessado em 01/12/2022 11:15:39

Auditoria nº 584



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 582148

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Gerenciamento

Constatação: Os recursos financeiros da contrapartida municipal não são movimentados em conta corrente vinculada ao CNPJ do Fundo Municipal de Saúde.

Evidência: Em análise da Relação de Contas e dos processos de pagamentos do Fundo Municipal de Saúde de Presidente Juscelino verificou-se que a conta corrente da contrapartida municipal não está vinculada ao CNPJ do FMS (19.188.584/0001-07) e sim, ao CNPJ da Prefeitura Municipal (17.695.057/0001-55). São as seguintes contas: Conta Corrente nº 10.002-1, Agência 0103-1/Banco do Brasil e Conta Corrente nº 80.109-7, Agência 0103-1/Banco do Brasil. Tal fato está em desacordo com a Lei Complementar nº 141/2012, Art. 2º, § Único.

Fonte da Evidência: Relação de contas correntes da contrapartida municipal; Processos de pagamentos referentes às Notas de Empenhos nºs 000295/2018, 000457/2018, 000546/2018, 000806/2018, 0002057/2018 com as respectivas Notas de Liquidação e Notas de pagamento; Extratos bancários da conta corrente nº 10.002-1, Agência 0103-1/BB do exercício de 2018.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1- A Sra. Rejane de Castro Santos Moreira (Pessoa Física) notificada por meio do Ofício SES/AUDSUS Nº 933/2019 e representante legal da Pessoa Jurídica/Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Juscelino notificada por meio do Ofício SES/AUDSUS Nº 932/2019 apresentaram a seguinte manifestação em resposta ao Relatório Preliminar de Auditoria: < Conforme constatado que os recursos financeiros da contrapartida municipal não estarem sendo movimentados em conta corrente vinculada ao CNPJ do Fundo Municipal de Saúde, encaminhamos anexo Extrato da Conta específica para repasse da contrapartida municipal vinculada ao CNPJ do Fundo Municipal de Saúde. Esta medida buscou corrigir a não conformidade constatada e atender a lei Complementar nº 141/2012 Art. 2º, § único. Agência 103-1 Conta corrente 66338-7 FMSPJ-ASPS. Informamos ainda que a conta corrente nº 0103-1/Banco do Brasil não é desde o dia 01/01/2020 mais utilizada para movimentação dos recursos do Fundo Municipal de Saúde, sendo a conta corrente nº 66338-7/FMSPJ-ASPS citada anteriormente como a conta de movimentação do Fundo Municipal de Saúde >.

Análise da Justificativa: 1 - Justificativa acatada, pois os notificados apresentaram o Extrato da Conta Corrente nº 66338-7/Agência 103-1/BB referente ao mês de janeiro de 2020 vinculada ao Fundo Municipal de Saúde de Presidente Juscelino em atenção à Lei Complementar nº 141/2012, Art. 2º, § único.
Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Acatamento da Justificativa: Sim

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 582157

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Gerenciamento

Constatação: A Secretária Municipal de Saúde ordena as despesas do Fundo Municipal de Saúde.

Evidência: Em análise dos processos de pagamentos, constatou-se que a Secretária Municipal de Saúde ordena as despesas realizadas com os recursos financeiros da saúde, tanto das contas correntes de recursos vinculados quanto das contas correntes dos recursos da contrapartida municipal, juntamente com o Prefeito Municipal. Tal fato está de acordo com o disposto na IN/DTN nº 10/1991; Lei Federal nº 8.080/1990 art. 9º e art. 32, § 2º e Lei Municipal nº 326/1994, art. 3º, inciso VIII.

Atividade homologada e encerrada em: 06/08/2020 10:57:26
IN/DTN nº 10/1991; Lei Federal nº 8.080/1990 art. 9º e art. 32, § 2º e Lei Municipal nº 326/1994, art. 3º, inciso VIII.

Auditoria nº 584



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Fonte da Evidência: Processos de pagamentos referentes às Notas de Empenhos nºs: 000305/2018, 000290/2018, 000291/2018, 000363/2018; Extratos bancários da conta corrente nº 10.002-1, Agência 0103-1/BB do exercício de 2018.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 582202

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Gerenciamento

Constatação: A Secretária Municipal de Saúde não autoriza os pagamentos do Fundo Municipal de Saúde.

Evidência: Em análise dos processos de pagamentos, constatou-se que a Secretária Municipal de Saúde não autoriza os pagamentos do FMS. Toda autorização de pagamentos, tanto das contas correntes da contrapartida quanto das contas correntes dos recursos vinculados é assinada pelo Prefeito Municipal. E ainda, na Autorização de Fornecimento/Execução não há ciência/assinatura da autoridade competente.
Tal fato está em desacordo com o disposto na Lei Federal nº 8.080/1990, art. 9º, inciso III; art. 32, § 2º e Lei Municipal nº 326, art. 3º, inciso VIII.

Fonte da Evidência: Processos de pagamentos referentes às Notas de Empenhos nºs 000298/2018, 0001718/2018, 0001682/2018,



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



0001996/2018, com as respectivas Notas de Liquidação, Notas de Pagamento e Autorização de Fornecimento/Execução.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1- A Sra. Rejane de Castro Santos Moreira (Pessoa Física) notificada por meio do Ofício SES/AUDSUS Nº 933/2019 e representante legal da Pessoa Jurídica/Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Juscelino notificada por meio do Ofício SES/AUDSUS Nº 932/2019 apresentaram a seguinte manifestação em resposta ao Relatório Preliminar de Auditoria: < Diante da constatação levantada pela Auditoria de que a Secretária Municipal de Saúde não autoriza os pagamentos do Fundo Municipal de Saúde, manifesto que desde a data de 02 de janeiro de 2020, todos os processos de Notas de Pagamento, bem como respectivas Notas de Liquidação, Notas de Autorização de Fornecimento/Execução passaram a ser assinados pela Secretária Municipal de Saúde atendendo a orientação do Relatório Preliminar de Auditoria e as legislações vigentes. Segue em anexo documentos (Nota de Empenho/Pagamento) que comprovam tal afirmação >.

Análise da Justificativa: 1 - Justificativa acatada, pois os notificados apresentaram a Nota de Empenho nº 285/2020 de 15/01/2020; Nota de pagamento nº 270/2020 de 07/02/2020, Nota de Liquidação 236/2020, Nota de autorização/Fornecimento nº 108/2020, Nota Fiscal e Cópia de cheque nº 850054/BB datado de 07/02/2020 contendo assinatura da gestora municipal de saúde em atenção ao disposto na Lei Federal nº 8.080/1990, Art. 9º, inciso III; Art. 32, § 2º e Lei Municipal nº 326, Art. 3º, inciso VIII. Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada considera-se que foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Acatamento da Justificativa: Sim

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 582480

Subgrupo: Contrato

Item: Contrato de Empresa

Constatação: Existência de contrato devidamente formalizado, dispondo das cláusulas e condições necessárias conforme legislação para fornecimento de combustível para a frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde.

Evidência: Em análise documental, constatou-se a existência de contrato formalizado entre o Município de Presidente Juscelino e as empresas: Posto Santana II Ltda. e Trivale Administração Ltda. para fornecimentos de combustíveis para a frota de veículos da SMS, dispondo das cláusulas e condições necessárias conforme legislação para fornecimento de combustível para a frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde. Tal fato está de acordo com a Lei Federal nº 8666/1993, art. 54, § 1º, art. 55, 60, 61 e 62 e Lei Federal nº 10.520/2002, art. 3º, inciso I e art. 4º, inciso III.

Fonte da Evidência: Cópia do Contrato nº 090/2017 da empresa Trivale Administração Ltda., assinado em 19 de dezembro de 2017 e respectivos Termos Aditivos nº 001 de 13 de setembro de 2018 e 002 de 17 de dezembro de 2018; Cópia do Contrato nº 095/2017 da empresa Posto Santana II Ltda., assinado em 28 de dezembro de 2017, 1º Termo Aditivo de 07 de maio de 2018, 2º Termo Aditivo de 05 de junho de 2018, 3º Termo Aditivo de 14 de setembro de 2018, 4º Termo Aditivo de 27 de setembro de 2018 e 5º Termo Aditivo de 06 de dezembro de 2018.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Subgrupo:

Constatação Nº: 582482

Contrato

Item: Contrato de Empresa

Constatação: Existência de contrato devidamente formalizado, dispondo das cláusulas e condições necessárias conforme legislação para manutenção da frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde.

Evidência: Em análise documental, constatou-se a existência de contrato formalizado entre o Município de Presidente Juscelino e a



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



empresa Trivale Administração Ltda. dispondo das cláusulas e condições necessárias conforme legislação para manutenção da frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde. Tal fato está de acordo com a Lei Federal nº

8666/1993, art. 54, § 1º, art. 55, 60, 61 e 62 e Lei Federal nº 10.520/2002, art. 3º, inciso I e art. 4º, inciso III.

Fonte da Evidência: Cópia do Contrato nº 090/2017 da empresa Trivale Administração Ltda., assinado em 19 de dezembro de 2017 e respectivos Termos Aditivos nº 001 de 13 de setembro de 2018 e 002 de 17 de dezembro de 2018. **Conformidade:**

Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 582484

Subgrupo: Contrato

Item: Contrato de Empresa

Constatação: Os contratos formalizados com os fornecedores de combustíveis dos veículos da Secretaria Municipal de Saúde foram precedidos de processos licitatórios.

Evidência: Em análise documental, constatou-se que os contratos para fornecimento de combustíveis para a frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Juscelino foram precedidos de processos administrativos licitatórios. Tal fato está conforme previsto na Lei Federal nº 8.666/93, art. 2º e Lei Federal nº 10.520/2002, art. 1º.

Fonte da Evidência: Relação dos Processos Licitatórios e verificação in loco dos Processos Licitatórios: Ata de Adesão de Registro de Preços ao Processo Licitatório nº 064/2017/ Processo Licitatório nº 025/2017 Pregão Presencial nº 018/2017 e Processo Licitatório nº 066/2017, Inexigibilidade nº 009/2017.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 582487

Subgrupo: Contrato

Item: Contrato de Empresa

Constatação: O contrato formalizado para serviço de manutenção da frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde foi precedido de processo licitatório.

Evidência: Em análise documental, constatou-se que o contrato para prestação de serviços de manutenção da frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Juscelino foi precedido de processo administrativo licitatório. Tal fato está conforme previsto na Lei Federal nº 8.666/93 art. 2º e Lei Federal nº 10.520/2002, art. 1º.

Fonte da Evidência: Relação dos Processos Licitatórios e verificação in loco dos Processos Licitatórios: Ata de Adesão de Registro de Preços ao Processo Licitatório nº 064/2017/ Processo Licitatório nº 025/2017 Pregão Presencial nº 018/2017.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 582228

Subgrupo: Licitação



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Item: Procedimento

Constatação: Processo licitatório nº 066/2017 Inexigibilidade nº 009/2017 referente ao contrato formalizado com o fornecedor de combustível para os veículos da Secretaria Municipal de Saúde está devidamente instruído e regular.

Evidência: Em análise do processo licitatório nº 066/2017 Inexigibilidade nº 009/2017 para fornecimento de combustível para a frota de veículos da SMS, constatou-se que ele foi numerado, rubricado, contém comprovante das publicações, parecer jurídico, ato de adjudicação, homologação, assinaturas dos documentos e Portaria nº 002/2017 designando Comissão Permanente de Licitação de 2017, autorização de dotação orçamentária e do edital. Tal fato está de acordo com a Lei Federal nº 8.666/1993, art. 38, inciso III e Lei Federal nº 10.520/2002, art. 3, inciso IV.

Fonte da Evidência: Relação dos processos licitatórios, verificação in loco do Processo Licitatório nº 066/2017 Inexigibilidade nº 009/2017 e
Cópia de parte do Processo Licitatório nº 066/2017 Inexigibilidade nº 009/2017.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 582293

Subgrupo: Licitação

Item: Procedimento

Constatação: Processo licitatório referente a contrato formalizado com prestador de serviço de manutenção e fornecimento de combustível para a frota de veículo SMS está devidamente instruído e regular.

Evidência: Em análise do processo administrativo licitatório nº 025/2017 Pregão Presencial nº 018/2017 relativo à Ata de Adesão de Registro de Preços ao Processo Licitatório nº 064/2017, para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Administração e Gerenciamento da manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos da Prefeitura e da SMS de Presidente Juscelino, incluindo serviços mecânicos, elétricos, lanternagem, combustível e outros, constatou-se que estava numerado, rubricado, com comprovante de publicações, pareceres jurídicos, atos de adjudicação, homologação, documentos assinados, atos de designação do pregoeiro e equipe de apoio, dotação orçamentária, edital e justificativa do motivo da Adesão. Tal fato está de acordo com a Lei Federal nº 8.666/1993 Art. 38 e Lei Federal nº 10.520/2002, Art. 3º, inciso IV.

Fonte da Evidência: Verificação in loco da Ata de Adesão de Registro de Preços ao Processo Licitatório nº 064/2017/ Processo Licitatório nº 025/2017 Pregão Presencial nº 018/2017.
Cópia de parte do Processo Licitatório nº 025/2017 Adesão nº 001/2017.
Relação dos processos licitatórios.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 582303

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: Existência de Comissão Permanente de Licitações formalmente designada.

Evidência: Em análise documental foi apresentada a Portaria Municipal nº 002/2018 que designa a Comissão Permanente de Licitações para o exercício de 2018. Tal fato está de acordo com a Lei Federal nº 8.666/1993, art. 38, inciso III.

Fonte da Evidência: Cópia da Portaria Municipal nº 002/2018.

Conformidade: Conforme



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 582297

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: Existência de Ato de designação de Pregoeiro.

Evidência: Em análise documental foi apresentada a Portaria Municipal nº 001/2018 que nomeia o Pregoeiro para o exercício de 2018. Tal fato está de acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002, art. 3º, inciso IV.

Fonte da Evidência: Cópia da Portaria Municipal nº 001/2018.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 582306

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: Existência de Ato de designação de Equipe de Apoio aos Pregões.

Evidência: Em análise documental foi apresentada a Portaria Municipal nº 001/2018 que designa a Equipe de Apoio para atuar nos pregões, para o exercício de 2018. Tal fato está de acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002, art. 3º, inciso IV, Decreto Federal nº 3.555/2000 anexo I art. 7º, inciso II.

Fonte da Evidência: Cópia Portaria Municipal nº 001/2018

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 582492

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Comprovação de despesas

Constatação: Inexistência de pagamentos com recursos financeiros do Fundo Municipal de Saúde para abastecimento de veículos que não compõem a frota da Secretaria Municipal de Saúde.

Evidência: Em análise documental, a equipe de auditoria identificou que o número do documento citado na denúncia se refere ao número da Ordem de Fornecimento/Execução para abastecimento de veículos, cujo favorecido foi a empresa Trivale Administração Ltda., analisou todos os processos de pagamentos de combustíveis relativos ao exercício de 2018 constantes da denúncia e verificou os seguintes controles internos: controle de viagens, controle de entrada e saída de veículos e pessoas, controle diário de viagens dos motoristas e controle de serviços prestados por veículo, não sendo



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



constatado pagamento de combustíveis com recursos financeiros do Fundo Municipal de Saúde em desacordo com a dotação orçamentária prevista no edital e no contrato formalizado ou pagamento de abastecimento a veículos que não pertencem à frota da Secretaria Municipal de Saúde. Tal fato está de acordo com Portaria GM/MS nº 3.992/2017 art. 3º, § 2º, incisos I, II e III e Lei Complementar nº 141/2012, art. 2º parágrafo único.

Fonte da Evidência: Verificação in loco; relação da frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde; cópias por amostragem das Notas de Empenho nºs: 0000352/2018 e 0000355/2018 acompanhadas da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica nº 00903287 de 01/03/2018; extratos bancários da conta corrente nºs: 10002/Agência 103-1/BB e cópia por amostragem dos controles internos.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 582495

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Comprovação de despesas

Constatação: Inexistência de pagamentos com recursos financeiros do Fundo Municipal de Saúde para prestação de serviços de manutenção dos veículos que não compõem a frota da Secretaria Municipal de Saúde.

Evidência: Em análise documental, a equipe de auditoria identificou que o número do documento citado na denúncia se refere ao número da Ordem de Fornecimento/Execução para manutenção de veículos, cujo favorecido foi a empresa Trivale Administração Ltda., analisou todos os processos de pagamentos de manutenção de veículos relativos ao exercício de 2018, constantes da denúncia e verificou os seguintes controles internos: controle de viagens, controle de entrada e saída de veículos e pessoas, controle diário de viagens dos motoristas e controle de serviços prestados por veículo, não sendo constatado pagamento de prestação de serviços de manutenção com recursos financeiros do Fundo Municipal de Saúde em desacordo com a dotação orçamentária prevista no edital e no contrato formalizado ou serviço de manutenção a veículos que não pertencem à frota da Secretaria Municipal de Saúde. Verificou-se, entretanto, que alguns veículos citados na denúncia não pertencem à frota de veículos da SMS, e os pagamentos dos serviços de manutenção a esses veículos não foram efetuados com recursos financeiros do Fundo Municipal de Saúde. Tal fato está de acordo com Portaria GM/MS nº 3.992/2017 art. 3º, § 2º, incisos I, II e III e Lei Complementar nº 141/2012, art. 2º parágrafo único.

Fonte da Evidência: Relação da frota de veículos da SMS; cópia por amostragem de Notas de Empenho para manutenção de veículos da SMS pagos com recursos do Fundo Municipal de Saúde: nº 000308/2018 acompanhada da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica nº 00888060 de 01/02/2018, 0000418/2018 acompanhada da Nota Fiscal Eletrônica nº 000.002.807 de 16/02/2018, 0001525/2018 acompanhada da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica nº 00987611 de 01/08/2018 e extratos bancários das contas correntes números: 10002/Agência 103-1/BB e 624071/ Agência 1114/CEF;
Cópia de Notas de Empenho para manutenção de veículos não pagos com recursos do Fundo Municipal de Saúde: nº 0002062/2018 acompanhada da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica nº 01054449 de 01/12/2018, 0002210/2018 acompanhada da Nota Fiscal Eletrônica nº 000013016 de 11/12/2018 e 0002207/2018 acompanhada da Nota Fiscal Eletrônica nº 000013013 de 11/12/2018 nos quais constam pagamentos na conta corrente nº 73004-1/PMPJ/FPM/Agência 103-1/BB; relação de pagamentos de manutenção de veículos fora da frota da SMS e cópia por amostragem dos controles internos.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 582298

Subgrupo: Emenda Constitucional 29/2000



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Item: Despesas Próprias

Constatação: Existência de Ato normativo que fixa o subsídio da Secretária Municipal de Saúde.

Evidência: Em análise documental, foi constatada a existência da Lei nº 0590 de 28/09/2018 que fixa o subsídio dos Secretários Municipais, Prefeito e Vice Prefeito do município de Presidente Juscelino. Tal fato está de acordo com a Constituição Federal/1988, art. 37, inciso X.

Fonte da Evidência: Cópia da Lei Municipal nº 0590/2016; Cópia de págs. da Lei Orgânica do Município.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 582318

Subgrupo: Emenda Constitucional 29/2000

Item: Despesas Próprias

Constatação: Regularidade no pagamento dos vencimentos da Secretária Municipal de Saúde.

Evidência: Em análise documental dos processos de pagamentos, foi constatada a regularidade nos pagamentos dos vencimentos da Secretária Municipal de Saúde de Presidente Juscelino. Tal fato está de acordo com a Constituição Federal/1988, art. 37, incisos X e XI, art. 39, § 4º; Lei Municipal nº 0590/2016, art. 1º, inciso III e Lei Federal nº 4320/1964, art. 61 a 64.

Fonte da Evidência: Processos de pagamentos por amostragem referentes à Nota de Empenho nº 114/2018, Notas de Liquidação nºs 1046/2018, 4363/2018, 5324/2018, 5869/2018 e 5581/2018 e Notas de Pagamento nºs 0001077/2018, 0004216/2018, 0005125/2018, 0005846/2018 e 0005581/2018; Extratos bancários de 2018 da conta corrente nº 10.002, Agência 0103-1/BB.

Conformidade: Conforme

Grupo: Controle Social

Constatação Nº: 582389

Subgrupo: Conselho de saúde

Item: Fundamentação Legal

Constatação: Existência de Regimento Interno para funcionamento do Conselho Municipal de Saúde.

Evidência: Em análise documental, foi constatada existência do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde de Presidente Juscelino, cujo o objetivo é a formulação de estratégias e de controle da execução da política de saúde, nos aspectos econômicos e financeiros buscando melhoria das condições de vida da população através da promoção, recuperação e proteção da saúde. Tal fato está de acordo com a Resolução CNS nº 453/2012, Quinta Diretriz, inciso II e Lei Federal nº 8.142/1990, art. 1º, § 5º.

Fonte da Evidência: Cópia do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde de Presidente Juscelino de 2003.

Conformidade: Conforme

Grupo: Controle Social

Constatação Nº: 582393

Subgrupo: Conselho de saúde

Item: Composição/Eleição Conselheiros

Constatação: Existência de composição paritária para funcionamento do Conselho Municipal de Saúde.

Evidência: Em análise do Decreto nº 004/2018, foi constatado a composição paritária para o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, nomeando 02 titulares e 02 suplentes representantes do Governo, 02 titulares e 02 suplentes representantes dos trabalhadores da saúde e 04 titulares e 04 suplentes representantes dos usuários do SUS.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Tal fato está de acordo com a Resolução CNS nº 453/2012, Terceira Diretriz, inciso II e inciso IV.

Fonte da Evidência: Cópia do Decreto nº 004/2018.

Conformidade: Conforme

Grupo: Controle Social

Constatação Nº: 582406

Subgrupo: Conselho de saúde

Item: Composição/Eleição Conselheiros

Constatação: Conselheiros Municipais de Saúde possuem legitimidade para atuar.

Evidência: Em análise da Lei Municipal nº 325 de 28/01/1994 que cria o Conselho Municipal de saúde de Presidente Juscelino alterada pela Lei Municipal nº 352 de 20/09/1996 e o Decreto nº 004/2018 que nomeia os membros do CMS, foi constatado que os conselheiros municipais de saúde possuem legitimidade para atuar, sendo a composição do CMS formada por: 50% de entidades e movimentos representativos de usuários; 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de saúde; 25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos. Os conselheiros foram eleitos por meio da realização da VII Conferência Municipal de Saúde de Presidente Juscelino, em 14/07/2017, após serem indicados como delegados pelas entidades e instituições participantes do evento. Desde a realização da Conferência alguns conselheiros foram substituídos pelas suas entidades representantes, em atenção ao Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde art. 5º § 1º por atingir ao limite de 03 (três) faltas sem justificativa. Tal fato está de acordo com a Resolução CNS nº 453/2012, Terceira Diretriz, inciso II e inciso IV.

Fonte da Evidência: Cópia da Lei Municipal nº 325 de 28/01/1994 que cria o CMS alterada pela Lei Municipal nº 352 de 20/09/1996; cópia do Decreto nº 004/2018; cópia do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde de Presidente Juscelino; cópia do Regimento Interno e ata da VII Conferência Municipal de Saúde de Presidente Juscelino; cópia das atas de indicação de delegados pelas entidades e instituições e ofício de alteração de conselheiros faltosos.

Conformidade: Conforme

Grupo: Controle Social

Constatação Nº: 582407

Subgrupo: Conselho de saúde

Item: Reuniões/Periodicidade

Constatação: Os representantes do Conselho Municipal de Saúde de Presidente Juscelino se reúnem com regularidade.

Evidência: Em análise das Atas de reuniões ordinárias e extraordinárias apresentadas pelo CMS, foi constatado que o conselho reuniu todos os meses do ano de 2018. Tal fato está de acordo com a Resolução CNS nº 453/2012, Quarta Diretriz, inciso IV.

Fonte da Evidência: Cópia das Atas das reuniões do Conselho Municipal de Saúde de Presidente Juscelino do ano de 2018.

Conformidade: Conforme

Grupo: Controle Social

Constatação Nº: 582411

Subgrupo: Conselho de saúde

Item: Deliberações/Resoluções

Constatação: O Conselho Municipal de Saúde de Presidente Juscelino deliberou sobre os principais instrumentos de gestão do SUS.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Evidência: Foi constatado através de análise da Ata nº 134 de Reunião Extraordinária do CMS de Presidente Juscelino, realizada em 30/05/2019, que os conselheiros municipais de saúde deliberaram sobre os principais instrumentos de gestão do SUS. Tal fato esta de acordo com a Portaria de Consolidação MS nº 001/2017, art. 1147.

Fonte da Evidência: Cópia da Ata nº 134, Reunião Extraordinária do CMS de Presidente Juscelino, realizada em 30/05/2019.

Conformidade: Conforme

Grupo: Controle Social

Constatação Nº: 582412

Subgrupo: Conselho de saúde

Item: Fiscalização de Recursos Financeiros

Constatação: O Conselho Municipal de Saúde de Presidente Juscelino fiscaliza a execução dos recursos financeiros do SUS.

Evidência: Foi apresentado pela Secretaria Municipal de Saúde as prestações de contas da execução dos recursos financeiros do Fundo Municipal de Saúde de Presidente Juscelino através dos Relatórios Quadrimestrais, nos meses de: junho/2018; outubro/2018 e abril/2019, e foram aprovados pelos conselheiros. Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação/MS nº 001/2017, artigo 1147 e Resolução CNS nº 453/2012, Quinta Diretriz, inciso X.

Fonte da Evidência: Cópia de Atas das reuniões do CMS, dos meses de: junho/2018; outubro/2018 e abril/2019.

Conformidade: Conforme

VI - RESULTADO DA DENÚNCIA

Fato: Pagamentos de serviços de manutenção de veículos que não pertencem à frota da Secretaria Municipal de Saúde

Tipo: Recursos Financeiros - Utilização de Recursos SUS

Demanda Nº: 82102

Fato: Pagamento de abastecimento de veículos que não pertencem à frota da Secretaria Municipal de Saúde

Tipo: Recursos Financeiros - Utilização de Recursos SUS

Demanda Nº: 82102

Fato: Irregularidade na composição e atuação do Conselho Municipal de Saúde

Tipo: Controle Social - Atuação do Conselho de Saúde

Demanda Nº: 82102

Fato: Irregularidade em pagamento de complementação do subsídio da Secretária Municipal de Saúde

Tipo: Recursos Financeiros - Utilização de Recursos SUS

Demanda Nº: 82102

Fato: Irregularidades na contratação de serviços de manutenção da frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Juscelino

Tipo: Recursos Financeiros - Utilização de Recursos SUS

Demanda Nº: 82102

Fato: Irregularidades na contratação de fornecimento de combustível para os veículos pertencentes a frota da Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Juscelino



Tipo: Recursos Financeiros - Utilização de Recursos SUS

Demanda Nº: 82102

IX - CONCLUSÃO

RESULTADO DA DENÚNCIA

Fato: Pagamentos de serviços de manutenção de veículos que não pertencem à frota da Secretaria Municipal de Saúde

Tipo: Recursos Financeiros - Utilização de Recursos SUS

Demanda Nº: 82102

Resultado da Denúncia: Verificou-se por meio de análise documental de processos de pagamento de serviços de manutenção, que a Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Juscelino não efetuou pagamento de manutenção a veículos que não pertencem à frota da Secretaria Municipal de Saúde.

Apuração: 03/09/2019.

Procede: Não procede.

Fato: Pagamentos de abastecimento de veículos que não pertencem à frota da Secretaria Municipal de Saúde

Tipo: Recursos Financeiros - Utilização de Recursos SUS

Demanda Nº: 82102

Resultado da Denúncia: Verificou-se por meio de análise documental de processos de pagamento de abastecimento de veículos, que a Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Juscelino não efetuou pagamento abastecimento a veículos que não pertencem à frota da Secretaria Municipal de Saúde.

Apuração: 04/09/2019.

Procede: Não procede.

Fato: Irregularidade na composição e atuação do Conselho Municipal de Saúde

Tipo: Controle Social - Atuação do Conselho de Saúde

Demanda Nº: 82102

Resultado da Denúncia: Verificou-se por meio de análise documental da Lei que instituiu o Conselho Municipal de Saúde, do Regimento Interno, da composição e das Atas de reunião do CMS, que inexistem irregularidades na composição e na atuação do Conselho Municipal de Saúde de Presidente Juscelino.

Apuração: 05/09/2019.

Procede: Não procede.

Fato: Irregularidade em pagamento de complementação do subsídio da Secretária Municipal de Saúde.

Tipo: Recursos Financeiros - Utilização de Recursos SUS

Demanda Nº: 82102

Resultado da Denúncia: Verificou-se por meio de análise documental do Ato Normativo que fixa o subsídio da Secretária Municipal de Saúde e dos processos de pagamento destinados à mesma, que inexistem irregularidades no pagamento do subsídio da Secretária Municipal de saúde de Presidente Juscelino.

Apuração: 04/09/2019.

Procede: Não procede.

Fato: Irregularidades na contratação de serviços de manutenção da frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Juscelino.

Tipo: Recursos Financeiros - Utilização de Recursos SUS

**Demanda Nº:** 82102

Resultado da Denúncia: Verificou-se por meio de análise documental de Processo Licitatório e de Contrato de Prestação de Serviços de Manutenção, que inexistem irregularidades contratação de serviços de manutenção da frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Juscelino.

Apuração: 05/09/2019.

Procede: Não procede.

Fato: Irregularidades na contratação de fornecimento de combustível para os veículos pertencentes a frota da Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Juscelino.

Tipo: Recursos Financeiros - Utilização de Recursos SUS

Demanda Nº: 82102

Resultado da Denúncia: Verificou-se por meio de análise documental de Processo Licitatório e de Contrato de Prestação de Serviços de fornecimento de combustíveis, que inexistem irregularidades na contratação de fornecimento de combustível para a frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Juscelino.

Apuração: 05/09/2019. **Procede:**

Não procede.

O objetivo dessa auditoria foi verificar e avaliar se o Fundo Municipal de Saúde de Presidente Juscelino está estruturado e organizado conforme a legislação vigente, identificar os veículos que compõem a frota da Secretaria Municipal de Saúde, verificar a regularidade da contratação de empresa fornecedora de combustíveis e de manutenção de veículos para a frota da Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Juscelino, verificar os processos de pagamento e a prestação de contas relativas ao abastecimento e manutenção dos veículos da SMS no exercício de 2018, verificar a composição e atuação do Conselho Municipal de Saúde e a regularidade no pagamento dos vencimentos da Secretaria Municipal de Saúde.

A equipe verificou a gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Juscelino quanto à estrutura e organização do Fundo Municipal de Saúde em consonância com a legislação vigente; identificou os veículos que compõem a frota da Secretaria Municipal de Saúde; a regularidade da contratação de empresa fornecedora de combustíveis e de manutenção da frota, bem como a prestação de contas relativas ao abastecimento e manutenção dos veículos. Verificou ainda, a composição e atuação do Conselho Municipal de Saúde e a regularidade no pagamento dos vencimentos da Secretaria Municipal de Saúde, com abrangência no exercício de 2018 (janeiro a dezembro).